



IFCE

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO CEARÁ**

PROFESSOR - SOCIOLOGIA GERAL

EDITAL Nº 1, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026

CÓD: OP-083FV-26
7908403588596

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	7
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	10
3. Domínio da ortografia oficial	14
4. Emprego da acentuação gráfica	17
5. Domínio dos mecanismos de coesão textual	24
6. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	27
7. Emprego e correlação de tempos e modos verbais	28
8. Domínio da estrutura morfossintática do período; relações de coordenação e de subordinação entre orações e entre termos da oração	30
9. Emprego dos sinais de pontuação	32
10. Concordância verbal e nominal	38
11. Emprego do sinal indicativo de crase	42
12. Colocação dos pronomes átonos	45
13. Reescritura de frases e parágrafos do texto; substituição de palavras ou de trechos de texto	47
14. Análise do discurso: pressupostos, subentendidos e implícitos	53

Legislação do Serviço Público Federal

1. Constituição federal de 1988: administração pública (arts. 37 ao 41)	63
2. Regime jurídico dos servidores públicos civis da união: lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações	69
3. Processo administrativo no âmbito da administração pública federal: lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999	96
4. Ética no serviço público: código de ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal, aprovado pelo decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994	102
5. Criação dos institutos federais e da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008	104
6. Plano de carreiras dos cargos técnico-administrativos em educação: lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012	109

Conhecimentos Específicos - Docência

1. A didática e a formação de professores: abordagens conceituais, metodológicas e tendências pedagógicas	123
2. A ação docente numa perspectiva crítica: planejamento e novas metodologias do processo de ensino- aprendizagem ..	128
3. A avaliação no processo de ensino aprendizagem	129
4. A relação professor-aluno: abordagens e concepções	131
5. Novas tecnologias de informação e comunicação na educação	134
6. História, princípios, legislação e funcionamento da educação profissional e tecnológica (ept)	136
7. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação profissional e tecnológica (ept)	139
8. Concepções de currículo e currículo integrado na educação profissional e tecnológica (ept)	140
9. Metodologias de ensino e a interdisciplinaridade na educação profissional e tecnológica (ept)	141
10. Princípios, diretrizes e objetivos da política nacional de educação profissional e tecnológica (pnept)	143

ÍNDICE

Conhecimentos Específicos

Professor - Sociologia Geral

1. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e transformações no mundo do trabalho.....	147
2. Teorias sociológicas clássicas: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber	149
3. Sociologia como ciência: história, objetos e métodos	152
4. Globalização, crise estrutural do capital e mundialização financeira.....	155
5. Processos de turistificação, empreendedorismo urbano e impactos socioambientais	158
6. Turismo, planejamento e desenvolvimento regional.....	161
7. Tempo livre, lazer e consumo	163
8. Natureza, sociedade e cultura: etnocentrismo, identidade e diversidade cultural	166
9. Indústria cultural, ideologia e subjetividade.....	168
10. Estado, políticas educacionais e formação de professores	171

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.



AMOSTRA

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

► **Textos Verbais e Não-Verbais**

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

► **Características dos Textos Verbais:**

▪ **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.

▪ **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.

▪ **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

▪ **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

TEXTOS NÃO-VERBAIS

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

► **Características dos Textos Não-Verbais:**

▪ **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.

▪ **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.

▪ **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

▪ **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.

▪ **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.

▪ **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

LEGISLAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ARTS. 37 AO 41)

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

► Princípios da Administração Pública

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica "LIMPE". Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

Princípio da Legalidade:

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade

Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

Princípio da Impessoalidade:

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

Princípio da Moralidade:

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, §4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa:

► Sanções ao cometimento de atos de improbidade administrativa

- Suspensão dos direitos políticos (responsabilidade política)
- Perda da função pública (responsabilidade disciplinar)
- Indisponibilidade dos bens (responsabilidade patrimonial)
- Ressarcimento ao erário (responsabilidade patrimonial)

Princípio da Publicidade:

O princípio da publicidade determina que a Administração Pública tem a obrigação de dar ampla divulgação dos atos que pratica, salvo a hipótese de sigilo necessário.

A publicidade é a condição de eficácia do ato administrativo e tem por finalidade propiciar seu conhecimento pelo cidadão e possibilitar o controle por todos os interessados.

AMOSTRA

Princípio da Eficiência:

Segundo o princípio da eficiência, a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, evitando atuações amadorísticas.

Este princípio impõe à Administração Pública o dever de agir com eficiência real e concreta, aplicando, em cada caso concreto, a medida, dentre as previstas e autorizadas em lei, que mais satisfaça o interesse público com o menor ônus possível (dever jurídico de boa administração).

Em decorrência disso, a administração pública está obrigada a desenvolver mecanismos capazes de propiciar os melhores resultados possíveis para os administrados. Portanto, a Administração Pública será considerada eficiente sempre que o melhor resultado for atingido.

Disposições Gerais na Administração Pública:

O esquema abaixo sintetiza a definição de Administração Pública:

Administração Pública	
Direta	Indireta
Federal Estadual Distrital Municipal	Autarquias (podem ser qualificadas como agências reguladoras) Fundações (autarquias e fundações podem ser qualificadas como agências executivas) Sociedades de economia mista Empresas públicas
Entes Cooperados	
Não integram a Administração Pública, mas prestam serviços de interesse público. Exemplos: SESI, SENAC, SENAI, ONG's	

As disposições gerais sobre a Administração Pública estão elencadas nos Artigos 37 e 38 da CF. Vejamos:

(...)

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - DOCÊNCIA

A DIDÁTICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ABORDAGENS CONCEITUAIS, METODOLÓGICAS E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

► Didática: um pouco de história

A história da Didática está ligada ao aparecimento do ensino, isto é, desde que alguém pela primeira vez se propôs, institucionalmente, a ensinar a outrem alguma coisa. No entanto, para Libâneo, o termo “didática” surge quando adultos começam a intervir na atividade de aprendizagem das crianças e jovens, através da direção deliberada e planejada do ensino, ao contrário das formas de intervenção mais ou menos espontâneas de antes¹.

Assim, ao se estabelecer a intenção propriamente pedagógica na atividade de ensinar, a escola torna-se uma instituição onde este processo passa a ser sistematizado conforme níveis, tendo em vista a adequação às possibilidades das crianças, às idades e ao ritmo de assimilação dos estudos.

Como campo teórico elaborado, a Didática passou a existir no século XVII, quando João Amos Comenius, pastor protestante que viveu na Tchecoslováquia, publicou uma obra clássica sobre o assunto, A Didática Magna, que pode ser considerado o marco de fundação da disciplina, tanto pelo seu pioneirismo quanto pela sua influência, na época, e mesmo muito tempo depois.

Esse educador revolucionou a educação da sua época, defendendo a “escola para todos”, a pedagogia da fábrica, dos trabalhadores, numa fase em que a educação escolar era privilégio dos que pertenciam ao clero e à nobreza. Comenius desenvolveu ideias avançadas para o seu tempo e teve influência direta sobre o trabalho docente, em contraposição às ideias conservadoras da nobreza e do clero.

Empenhou-se em desenvolver métodos de instrução mais rápidos e eficientes, partindo da observação e da experiência sensorial. Era intenção de Comenius que todas as pessoas usufríssem dos benefícios do conhecimento.

Sonhava elaborar um método geral que chamava de “Método do Desenvolvimento Natural”, tratado da arte de ensinar tudo a todos, o qual serviria para ensinar qualquer assunto a qualquer pessoa, em qualquer nível, especialmente a ler e escrever, começando pela língua materna, numa época em que predominava o latim. No entanto, não se tem conhecimento, com precisão, da formulação desse método.

Comenius valorizava o processo indutivo como sendo a melhor forma de se chegar ao conhecimento generalizado, e aplicou-o na sua prática instrucional. Ele afirmava que o método

indutivo estava mais “de acordo com a natureza” e propunha a inclusão do estudo dos fenômenos físicos nos currículos e nos livros escolares.

Criou um método para o ensino de línguas, de acordo com suas ideias educacionais, considerado revolucionário para aqueles tempos. Até hoje são encontrados alguns ecos das propostas pedagógicas de Comenius, pelo menos da sua pretensão, ele achava que era possível criar um método universal, invariável, capaz de orientar o professor no seu trabalho.

Assim, ao ensinar um assunto, o professor deveria:

- Apresentar seu objeto ou ideia diretamente, fazendo demonstrações, pois o aluno aprende através dos sentidos, principalmente vendo e tocando;
- Mostrar a utilidade específica do conhecimento transmitido e a sua aplicação na vida diária;
- Fazer referência à natureza e origem dos fenômenos estudados, isto é, às suas causas;
- Explicar, primeiramente, os princípios gerais e só depois os detalhes;
- Passar para o assunto ou tópico seguinte do conteúdo apenas quando o aluno tiver compreendido o anterior.

Como pode-se perceber, esses pressupostos da prática docente que são utilizados até hoje já eram proclamados por Comenius em pleno século XVII.

O que é Didática

A Didática é um ramo específico da Pedagogia. Enquanto a Pedagogia pode ser conhecida como filosofia, ciência e técnica da educação, que estuda, portanto, a educação, a instrução e o ensino, a Didática pode ser conceituada como a arte, como a técnica de ensino.

Conceitua-se didática como sendo: síntese, sistematização, organização do trabalho docente. E mais, a maneira como o professor sintetiza, sistematiza, organiza o conteúdo de sua prática docente depende de uma tomada de decisão que, por sua vez, dependerá da fundamentação que o professor tenha sobre o seu trabalho e suas relações com o ser humano e com o mundo em que vive.

O conjunto dessas decisões é o que constitui o campo da Didática. A didática é uma das áreas mais importantes da Pedagogia, pois ela investiga os fundamentos, as condições e os modos de realizar a educação mediante o ensino.

É uma ação historicamente situada e que faz a Didática ir se constituindo como teoria do ensino, não para criar regras e métodos válidos para qualquer tempo e lugar, mas para ampliar nossa compreensão das demandas que a atividade de ensinar produz, com base nos saberes acumulados sobre essa questão.

1 LIMA VERDE, Eudócio Soares. *Didática e seu objeto de estudo*.

Teresina: EDUFPI, 2019.

AMOSTRA

A verdade é que o conceito de Didática tem mudado com o passar do tempo, estando ligado à sua colocação em relação à concepção de educação e à concepção filosófica que a orienta.

Conceitos de Didática

A didática admite vários conceitos que foram apresentados a seguir e os justifica como sendo oriundos do ponto de vista de várias abordagens ou concepções de educação, tais como: Sentido Etimológico; Senso Comum; Abordagem Tradicional; Abordagem Humanista; Abordagem Tecnista; Abordagem Sociopolítica; e, Abordagem Multidimensional ou Fundamental.

▪ Sentido Etimológico

Didática - deriva da expressão grega *techné didaktiké*, que significa “arte ou técnica de ensinar”.

▪ Senso Comum

Didática - método, técnica, norma, conjunto de princípios técnicos; disciplina prática e normativa; modo, maneira de dar aula.

▪ Abordagem Tradicional

Didática - doutrina da instrução, entendida como um conjunto de normas prescritivas centradas no método e em regras, no intelecto, no conteúdo dogmático. O método mais empregado é o expositivo, segundo o qual o professor é o centro do processo da aprendizagem.

A metodologia de ensino tem um caráter formal; o professor atribui um significado dogmático aos conteúdos, concebe o aluno como um ser passivo, sem autonomia e sem considerar conhecimentos e experiências anteriores. Para garantir a atenção, o silêncio, o professor usa a disciplina rígida, utilizando inclusive castigos físicos.

▪ Abordagem Humanista

Didática - apresenta caráter de neutralidade científica, de base psicológica, defendendo ideias de “aprender fazendo” e “aprender a aprender”, sem considerar o contexto político-social. A característica mais marcante da Didática é a valorização da criança que é vista como um ser dotado de poderes individuais, cuja liberdade, iniciativa, autonomia e interesse devem ser respeitados.

Neste sentido, o conteúdo da Didática enfatiza a questão da motivação para aprender, o atendimento às diferenças individuais e aos interesses do aluno, como também uma metodologia que atenda a esses aspectos.

▪ Abordagem Tecnista

Didática - preocupa-se com as variáveis internas do processo ensino-aprendizagem, sem considerar o contexto político-social, procurando desenvolver uma alternativa não psicológica, centrando-se nos aspectos da “tecnologia educacional”, tendo como preocupação básica a eficácia e a eficiência do processo de ensino. A atuação da Didática está voltada para o planejamento

didático formal, na formulação de objetivos de ensino, na elaboração de materiais instrucionais, organização e eficiência técnica desse ensino e a uma avaliação objetiva da aprendizagem.

▪ Abordagem Sociopolítica

Didática - assume os discursos sociológico, filosófico e histórico. Ela é questionada, postula uma antididática e seu papel deverá ir além dos métodos e técnicas, associando escola e sociedade, teoria-prática, auxiliando o processo de politização do professor.

A educação não está centrada no professor ou no aluno, mas na formação do homem. Neste sentido, a Didática adquire um caráter crítico.

Volta-se para a preocupação com as finalidades e intencionalidades da educação, e com os pressupostos teórico-ideológicos que fundamentam o processo educativo. Buscando superar o intelectualismo formal do enfoque tradicional, evitando os efeitos do espontaneísmo escolanovista, combatendo a orientação desmobilizadora do tecnicismo, superando assim as tarefas especificamente pedagógicas, desprestigiadas a partir do discurso reprodutivista.

▪ Abordagem Multidimensional ou Fundamental

Didática - assume a multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem, seu objeto de estudo, colocando a articulação das dimensões técnica, humana, política, ética e estética no centro da sua temática. A Didática Fundamental apresenta as seguintes características:

- Assume a multidimensionalidade do seu objeto de estudo;
- Analisa a prática pedagógica concreta, contextualizando-a;
- Explicita os pressupostos das diferentes metodologias;
- Trabalha continuamente a relação teoria-prática;
- A reflexão didática parte do compromisso com a transformação social; e,
- Ensaia, experimenta, analisa, propõe.

Considerando a evolução dos conceitos anteriormente apresentados, pode-se dizer que a Didática já não pode ser encarada apenas como uma disciplina de caráter instrumental. Ela deve ser repensada em função dos objetivos mais amplos da educação, em função da problematização dos homens em suas relações com o mundo.

Ela já não pode entender-se como uma disciplina de pura ordem técnica, cujo objetivo seja o de rever o instrumental necessário aplicável à margem dos objetivos e estruturas do sistema educacional imperante. Ela implica numa combinação dos níveis teóricos e do instrumento na análise e elaboração dos problemas de seu âmbito, o que supõe uma inter-relação permanente entre a indagação teórica e a prática educativa.

Desse modo, entendemos a Didática como a análise, a sistematização da avaliação do fazer pedagógico, baseada no conhecimento científico e na crítica da realidade, sendo algo do qual nenhum professor pode escapar. Bem ou mal, consciente ou inconscientemente, ele usa a didática, pois compõe o conjunto de atitudes e ações que o mesmo assume e realiza no desenvolvimento do seu trabalho docente.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, NEOLIBERALISMO E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O NOVO MODELO DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A partir da segunda metade do século XX, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, o mundo passou por transformações profundas nas formas de produção e organização do trabalho. Esse processo é conhecido como reestruturação produtiva e está diretamente ligado à crise do modelo fordista de produção, à globalização econômica e ao avanço das tecnologias da informação e automação.

A reestruturação produtiva alterou profundamente as relações entre capital e trabalho, influenciando a vida cotidiana, as formas de emprego e o papel dos trabalhadores na produção.

► O que é reestruturação produtiva

A reestruturação produtiva pode ser definida como o conjunto de mudanças nos processos de produção, gestão e organização do trabalho promovidas pelas empresas para aumentar sua competitividade no cenário global. Ela ocorre como resposta à crise do fordismo, que era baseado na produção em massa, na padronização dos produtos e na rigidez das rotinas industriais.

A crise desse modelo ficou evidente nos anos 1970, com o aumento dos custos de produção, a saturação de mercados consumidores e o crescimento da concorrência internacional. Assim, foi necessário buscar novas formas de organizar a produção para torná-la mais flexível, eficiente e adaptável às novas exigências do mercado.

Características principais da reestruturação produtiva:

A reestruturação produtiva envolve uma série de mudanças estruturais, sendo as mais marcantes:

- **Automação e informatização:** A introdução de novas tecnologias, como computadores, robôs e sistemas de controle digital, substituiu ou transformou diversas tarefas antes realizadas por trabalhadores. Isso aumentou a produtividade, mas também reduziu a demanda por mão de obra em muitos setores.

- **Flexibilização da produção e do trabalho:** As empresas passaram a adotar modelos de produção mais flexíveis, capazes de se adaptar rapidamente às variações da demanda. Isso levou à flexibilização de contratos, horários e funções, rompendo com o padrão rígido do trabalho industrial clássico.

- **Just-in-time e toyotismo:** Inspirado pelo modelo japonês, o sistema just-in-time (produção sob demanda) substituiu o estoque tradicional. O toyotismo, por sua vez, priorizou a qualidade total, a produção enxuta e o envolvimento dos trabalhadores na melhoria dos processos produtivos.

- **Terceirização e subcontratação:** Para reduzir custos e aumentar a eficiência, muitas empresas passaram a terceirizar atividades consideradas secundárias, transferindo parte da produção para outras empresas ou trabalhadores externos.

► Impactos sobre os trabalhadores

As transformações provocadas pela reestruturação produtiva trouxeram efeitos profundos para a classe trabalhadora. Entre os principais impactos, podemos destacar:

- **Aumento do desemprego estrutural:** A substituição de trabalhadores por máquinas e a maior eficiência produtiva reduziram a necessidade de mão de obra, gerando desemprego mesmo em períodos de crescimento econômico.

- **Precarização do trabalho:** A flexibilização das relações trabalhistas levou à perda de direitos, à instabilidade no emprego e ao crescimento de formas de trabalho informal ou com baixa proteção legal.

- **Exigência de polivalência e qualificação constante:** Os trabalhadores passaram a ser pressionados a desempenhar múltiplas funções e a se qualificar constantemente, pois o mercado passou a valorizar a adaptabilidade e a autonomia dos indivíduos.

- **Individualização das relações de trabalho:** A ênfase na meritocracia e no desempenho individual enfraqueceu a solidariedade entre os trabalhadores e as formas coletivas de organização, como os sindicatos.

► Consequências sociais mais amplas

A reestruturação produtiva, embora tenha aumentado a produtividade e gerado lucros para as empresas, contribuiu para o aprofundamento das desigualdades sociais. A instabilidade no emprego, o enfraquecimento da proteção trabalhista e a pressão por produtividade criaram um ambiente de insegurança e competição no qual muitos trabalhadores enfrentam dificuldades para manter sua subsistência com dignidade.

Além disso, a crescente fragmentação das formas de trabalho e a rápida obsolescência das habilidades profissionais criam desafios permanentes para os indivíduos, que precisam se reinventar constantemente para se manterem inseridos no mercado. Isso gera um estresse constante, muitas vezes associado ao adoecimento físico e mental dos trabalhadores.

NEOLIBERALISMO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS

O neoliberalismo é uma ideologia e um modelo econômico que passou a orientar políticas públicas e estratégias de gestão em diversos países a partir dos anos 1980. Ele se consolidou como resposta à crise do modelo keynesiano, que até então promovia a intervenção estatal na economia, o fortalecimento das políticas sociais e o estímulo ao consumo interno como formas

AMOSTRA

de desenvolvimento. A ascensão do neoliberalismo trouxe profundas mudanças na forma como o Estado atua na economia e na sociedade, impactando diretamente o mundo do trabalho, as relações sociais e os direitos dos cidadãos.

► **Origem e fundamentos do neoliberalismo**

O neoliberalismo não surgiu de forma espontânea, mas foi construído a partir das ideias de economistas liberais como Friedrich Hayek e Milton Friedman, que criticavam a intervenção do Estado na economia e defendiam a liberdade de mercado como o melhor caminho para o crescimento econômico e a eficiência produtiva.

No campo político, o neoliberalismo ganhou força com a eleição de líderes como Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, que implementaram reformas profundas em seus países, reduzindo o papel do Estado e promovendo a abertura econômica.

A partir da década de 1990, essas ideias se espalharam para outras partes do mundo, especialmente na América Latina, com forte influência de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Os principais pilares do neoliberalismo incluem:

- Defesa do livre mercado como regulador natural da economia
- Redução do papel do Estado na economia
- Desregulamentação dos mercados financeiros e de trabalho
- Privatização de empresas estatais e serviços públicos
- Abertura para o comércio internacional e atração de investimentos estrangeiros

► **As principais medidas neoliberais**

A aplicação prática das ideias neoliberais resultou em um conjunto de medidas que alteraram significativamente a estrutura econômica e social dos países que as adotaram. Entre essas medidas, destacam-se:

- **Privatizações:** Empresas públicas dos setores de energia, telecomunicações, transportes, bancos e até serviços básicos, como água e saneamento, foram transferidas para a iniciativa privada com o argumento de que o setor privado seria mais eficiente.
- **Corte de gastos públicos:** Os governos passaram a reduzir investimentos em áreas sociais, como saúde, educação e assistência, com o objetivo de controlar o déficit público e atrair investidores.
- **Flexibilização das leis trabalhistas:** Leis que protegiam os direitos dos trabalhadores foram modificadas para permitir maior liberdade de contratação e demissão, incentivando modelos de trabalho temporário, terceirizado e informal.
- **Reformas previdenciárias:** Alterações nos sistemas de aposentadoria buscaram diminuir os custos do Estado com a previdência, muitas vezes aumentando a idade mínima para aposentadoria e reduzindo benefícios.

► **Impactos sociais e econômicos do neoliberalismo**

As transformações promovidas pelas políticas neoliberais tiveram efeitos profundos sobre a sociedade, especialmente nos países em desenvolvimento. Embora os defensores do modelo apontem melhorias na estabilidade econômica e no controle da inflação, os efeitos sociais foram amplamente negativos para os setores mais vulneráveis.

Entre os principais impactos, podemos destacar:

- **Desigualdade social crescente:** A concentração de renda aumentou, pois os lucros das privatizações e do crescimento econômico beneficiaram majoritariamente os grandes grupos econômicos, enquanto os trabalhadores enfrentaram perda de direitos e de poder de compra.
- **Enfraquecimento do Estado de bem-estar social:** A redução dos investimentos públicos em áreas sociais comprometeu o acesso da população a serviços essenciais, como saúde e educação de qualidade, aprofundando as desigualdades.
- **Precarização do trabalho:** A flexibilização das leis trabalhistas resultou em maior insegurança para os trabalhadores, com aumento da informalidade, rotatividade e redução da proteção legal.
- **Desmonte da soberania nacional em áreas estratégicas:** A venda de empresas públicas para grupos estrangeiros comprometeu a autonomia dos países sobre setores estratégicos de sua economia, como energia, transporte e comunicações.

► **O discurso da meritocracia e a responsabilização do indivíduo**

Um dos efeitos ideológicos mais marcantes do neoliberalismo é a promoção da ideia de que o sucesso ou o fracasso de um indivíduo depende exclusivamente de seu esforço pessoal. Essa lógica meritocrática ignora as desigualdades estruturais da sociedade e transfere para o indivíduo a responsabilidade por seu destino, minimizando a importância de políticas públicas, investimentos sociais e ações coletivas.

Esse discurso tem implicações diretas sobre o mundo do trabalho, pois valoriza a competitividade individual, a produtividade extrema e a constante atualização profissional, mesmo quando os recursos para isso não estão disponíveis igualmente para todos.

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E OS DESAFIOS DA ATUALIDADE

As últimas décadas foram marcadas por mudanças profundas na organização do trabalho, impulsionadas pela reestruturação produtiva e pelas políticas neoliberais. O que se observa é a emergência de novas formas de ocupação, a fragmentação das relações trabalhistas e o enfraquecimento da ideia de emprego estável. Esse novo cenário apresenta desafios significativos, tanto para os trabalhadores quanto para as políticas públicas que buscam garantir direitos e inclusão social.

► **O fim do emprego como referência central**

Historicamente, o trabalho formal, com carteira assinada, jornada fixa e direitos assegurados por leis trabalhistas, era visto como o padrão desejável e dominante nas sociedades industrializadas. No entanto, esse modelo passou a ser substituído por